

NOTA

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), entidade de classe que congrega os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o Brasil, vem, por meio desta, apresentar considerações e preocupações que reputa importantes quanto ao conteúdo da reportagem intitulada "Um Olhar Perverso?", recentemente publicada na Revista Exame e por meio da qual se observa um viés nitidamente distorcido da atuação alusiva ao combate às formas contemporâneas de escravidão ou, para nos valermos da expressão consagrada pela própria legislação pátria, o trabalho em condições análogas às de escravo.

Esta entidade, destaque-se prefacialmente, não discute em momento algum a questão concernente à livre manifestação de pensamento e, por mais que discordemos veementemente de posicionamentos como aquele contra o qual nos insurgimos, reconhecemos, evidentemente, a imprescindibilidade de respeito à liberdade de expressão.

Nada obstante esse registro que reputamos importante destacar, não há como se olvidar que a relativização da afronta à própria dignidade dos trabalhadores, com submissão destes a condições degradantes de trabalho e, conforme constou na matéria, defendendo-se que isso não representaria mais que "meras irregularidades trabalhistas" ou equivalente, constitui um enorme desserviço à sociedade brasileira, especialmente à classe trabalhadora e, pior ainda, a toda uma política voltada para a promoção dos Direitos Humanos – como se caracteriza, indiscutivelmente, todo o arcabouço de ações e medidas desenvolvidas de forma concatenada por diversos órgãos e instituições no combate ao trabalho escravo contemporâneo – e pela qual, ressalte-se, o Brasil é reconhecido como exemplo a ser seguido no âmbito mundial, conforme destacado reiteradamente pela própria Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Lamenta-se, portanto, profundamente, que um veículo de comunicação que tem alcance tão grande perante expressivo segmento da sociedade preste informações distorcidas como aquelas contidas na matéria jornalística acerca da qual ora se está a tratar, inclusive com maldosas insinuações ao sério trabalho desenvolvido por agentes públicos estatais, a exemplo do auditor-fiscal do Trabalho Marcelo Campos, o que, seguramente, em nada contribui para o esforço conjunto, e que deve ser de todos, para que avancemos para uma realidade de efetivo respeito aos direitos laborais e à dignidade dos trabalhadores, seja no campo ou no meio urbano, livrando-nos da verdadeira chaga social que é o trabalho em condições análogas às de escravo, ainda hoje constatado em nossa realidade hodierna e, por conseguinte, envergonhando-nos, em pleno século XXI, perante o mundo pretensamente civilizado.